

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA
COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE
JUNHO DE 2007:-----

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e sete, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão pelas quinze horas e dez minutos, iniciou-se e teve lugar a terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE ABRIL DE 2007;

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO=PLANOS DE INVESTIMENTO=DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS=PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO;

2.3 – DEPARTEMENT DU LOT-ET-GARONNE- ARRONDISSEMENT DE NERAC- MAIRIE DE DAMAZAN/PROPOSTA DE GEMINAÇÃO=PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO;

2.4 – CEMITÉRIO MUNICIPAL/ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO=APROVAÇÃO;

2.5 – TAXA PROVENIENTE DA COBRANÇA PELA RECOLHA E TRATAMENTO DE LIXO/ALTERAÇÃO=APROVAÇÃO;

2.6 – TAXAS DEVIDAS NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº267/2002/ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO=APROVAÇÃO;

2.7 – SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO ECONÓMICO EM CURSO=APROVAÇÃO;

2.8 – AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO = NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO;

2.9 – LOTEAMENTO A EFECTUAR PELA CÂMARA MUNICIPAL, NAS FONTAINHAS, NO SÍTIO DA TAPADA/PROPOSTA=APROVAÇÃO;

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Fernando Manuel Varela Nunes, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Não houve faltas a registar.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um - VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE ABRIL DE 2007. Não houve a registar qualquer intervenção. Passou-se para a votação sendo a acta aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Deputados, tendo a primeira intervenção sido feita pela Sra. Deputada Elsa Amaral, que se referiu com agrado ao restauro efectuado no Outeirinho, frisando em particular o que é retratado nos sete painéis de azulejos lá existentes. Focou também que preservar o património era um acto de grande amor pela terra que nos viu nascer.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho, que questionou o Sr. Presidente da Assembleia sobre o ponto da situação do caso que envolvia o pedido de construção de uma habitação no Vimieiro e que foi debatido na sessão desta Assembleia realizada a 23/02/2007. Respondendo o Sr. Presidente da Assembleia disse que aguardava resposta do Sr. Procurador. Continuando o Sr. Deputado solicitou a colocação no site da Câmara Municipal das actas das sessões desta Assembleia, o que facultaria uma melhor consulta e seria um bom instrumento de trabalho.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu não haver qualquer inconveniente na concretização do pedido, sendo apenas necessário o apoio logístico por parte do Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara informou que logo após a sua aprovação, as actas da Assembleia Municipal são colocadas na Internet, à semelhança do que acontece com as actas das reuniões camarárias.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado António Lourenço Antunes, que se debruçou sobre a questão da descentralização, de que era adepto, de modo a contemplar por igual todas as freguesias do concelho, o que não tinha acontecido nos dezasseis anos do poder anterior, onde os grandes investimentos foram canalizados para o centro da cidade. Referiu-se às consequências desta política, concluindo que esta forma de estar tinha contribuído para a derrota nas últimas eleições autárquicas do partido no poder. Lamentou que esta ideia centralista e retrógrada continuasse enraizada em certos círculos conotados com o anterior poder, como se podia depreender em recentes declarações e comunicados dos seus dirigentes. Questionou depois se não teria sido benéfico, que algumas das infra-estruturas construídas na cidade e que estão sempre a ser lembradas, fossem construídas noutros locais do concelho. Questionou depois o Sr. Presidente da Câmara, sobre se aquele modo de fazer política seria para continuar? Se pretendia finalmente descentralizar, distribuir com equidade pelo concelho os investimentos que se iriam fazer? Se com a revisão do PDM os habitantes das freguesias iam ficar em pé de igualdade com os do centro da cidade em questões de construção? Questionou depois sobre a construção de algumas estruturas como: os Centros Educativos, a Ecopista no antigo ramal do Dão, Rede de Transportes que sirva as populações do concelho, projecto de recuperação da Sra. da Ribeira e Rede de Polidesportivos. Questionou também sobre a política a praticar para a fixação dos habitantes nas aldeias e os passos a dar para atrair empresas e investidores no concelho. As questões postas tinham que ter uma resposta política positiva. O poder centralizador tinha sido claramente rejeitado pelas populações nas últimas eleições e continuar com o mesmo modo de estar, levaria certamente ao mesmo resultado. Terminou manifestando a esperança

que a resposta do Sr. Presidente da Câmara fosse de encontro às inquietações que manifestou de forma a termos um concelho mais solidário, mais homogéneo, mais descentralizado e mais desenvolvido.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que a descentralização tinha começado logo após a tomada de posse deste executivo ao pôr em prática a realização de uma reunião de câmara por mês nas freguesias de forma rotativa. Referiu a delegação de algumas competências para as Juntas de Freguesia, acompanhadas do respectivo apoio financeiro e toda a colaboração de forma dinâmica e em pé de igualdade com as Juntas de Freguesia, frisando que a descentralização era um dos parâmetros que constava da sua proposta eleitoral. Debruçou-se a seguir sobre os casos específicos apresentados, começando por mencionar a criação de parques de micro-empresas (que não foi questionado) nas freguesias como uma das metas da Câmara para a fixação das populações. Quanto à rede de transportes, está em análise um projecto de mobilidade para o concelho. Só depois deste concluído será implementado o projecto de transportes públicos no concelho. Em relação à Ecopista, disse que o protocolo com a REFER nunca tinha sido antes assinado, apesar de se falar no assunto há alguns anos, tendo sido assinado o ano passado e assim a posse da antiga linha do Dão já era camarária. Tinha sido elaborado um projecto em dois mil e seis para ser financiado pelo Programa PICTUR, que não foi contemplado devido à escassez de verbas e elevação das cláusulas de candidatura. Aguardava-se agora a possibilidade de ser financiado pelas verbas do QREN, uma vez que era um projecto bastante caro. Os Centros Educativos irão ser construídos, estando os projectos praticamente concluídos. O Projecto da Sra. da Ribeira era mais complicado, tendo sido negociado no anterior mandato com uma empresa privada um protocolo de colaboração de forma a ser desenvolvido um projecto turístico para a zona. Entretanto iniciou-se o novo plano de ordenamento o que originou que o projecto ficasse mais ou menos parado. Numa das últimas reuniões de Câmara, foi aprovado um novo protocolo com a empresa interessada, onde já estão estabelecidas metas e datas. Em relação aos polidesportivos, enumerou os já existentes, salientando que Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro ainda os não possuíam. Referiu a necessidade de alguns serem melhorados, principalmente devido à inexistência de balneários e também a vontade de se fazerem onde ainda não existiam de forma a ocupar os tempos livres da juventude. Referiu que os futuros Centros Educativos terão um ginásio coberto e um polidesportivo exterior e terão possivelmente um tanque para natação.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa, que referiu a intervenção de uma munícipe na anterior sessão ao dizer que não

conhecia o Regimento e não era obrigada a tal. Em face da situação solicitou que fosse disponibilizado no Auditório uma cópia do Regimento e que o mesmo também fosse colocado na Internet para consulta.

O Sr. Presidente da Assembleia concordou com a sugestão, garantindo que iriam ser tomadas as medidas para a execução da proposta.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado João Boto Martins, que começou por se referir à publicação de artigos na imprensa local, indicando mesmo um da Sra. Deputada Elsa Amaral onde defendia que o Director do Jornal não devia aceitar a publicação de textos de natureza política, opinião que respeitava mas que não concordava, pois achava que um jornal devia estar aberto à publicação de artigos contendo todas as opiniões. Haveria outros artigos que pretendiam fazer passar a ideia para que não se fizessem críticas à actuação do actual executivo, situação em que também discordava, pois a crítica e opinião era um direito de todos, muito especialmente da oposição política. O facto de existirem críticas não seria uma obstrução ao trabalho do executivo, mas sim a oportunidade de se reflectir sobre as situações e até arranjar outras soluções. Sobre a intervenção do Sr. Deputado António Antunes, disse concordar com a descentralização, mas não concordar com a situação no caso das infra-estruturas destinadas à totalidade dos munícipes, que deviam estar no centro e não na periferia. Concordava com a existência de alguns equipamentos nas freguesias, como os polidesportivos, que afinal não eram assim tão poucos, embora e como é natural alguns já estivessem degradados. Reafirmou a sua concordância com a descentralização, com a transferência de competências e com a tomada de decisões tão próximas quanto possível dos destinatários.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Pires, lembrando que a elevação a cidade incluiu todo o concelho e portanto se deveria ter em atenção e sempre Santa Comba Dão e todas as aldeias do concelho. Não se devia pôr a situação de dividendos para Santa Comba Dão e custos para as aldeias, todos entraram para a constituição da cidade e deviam ser tratados da mesma forma.

O Sr. Presidente de Assembleia informou todos os Srs. Deputados caso pretendessem possuir o cartão identificativo da Assembleia Municipal, deveriam entregar uma fotografia, tipo passe, nos serviços administrativos da Câmara.

Não havendo mais intervenções, passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo nº 2 do Artº 19º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM

COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO. O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que fez a apresentação da sua informação, já distribuída aos Srs. Deputados, através do sistema de Power Point de forma a que o público presente também tomasse conhecimento directo da informação. Em aditamento aproveitou para informar que o prato escolhido na 1ª Feira Gastronómica efectuada juntamente com a 2ª Feira de Artesanato foi o “Arroz de Cabidela de Galinha”. Apresentou depois o fecho de contas da Empresa Municipal COMBANIMA, sendo distribuído a todos os Srs. Deputados o resumo deste fecho de contas. Salientou que a empresa apenas existiu nos dois últimos dias do ano de dois mil e seis (coincidindo com o fim-de-semana) e que apenas havia a registar as despesas inerentes à sua constituição e a passagem para a empresa de activos financeiros. Disponibilizou-se a seguir para prestar os esclarecimentos que os Srs. Deputados pretendessem.

Pediu a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que colocou as seguintes questões: 1 – Em virtude da desactivação do GAT, qual era o destino a dar ao imóvel e ao pessoal que lá exercia funções; 2 – O destino do antigo quartel da GNR, uma vez que tinha sido anulado o contrato para a construção do Jardim-de-infância; 3 – Informação sobre a construção do Terminal Rodoviário e sobre a mudança do Mercado Municipal; 4 – Esclarecimento sobre as tolerâncias de ponto efectuadas. Concordou com a construção do Canil Municipal, pois tratava-se de uma questão de saúde pública; 5 – O preço do edifício onde irão funcionar os serviços técnicos e que está a ser remodelado.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que em relação à desactivação do GAT a única resposta que podia dar era em relação ao imóvel, pois quanto ao pessoal não era da responsabilidade da Câmara, mas sim da Administração Central. Lamentou que os responsáveis não tivessem comunicado aos interessados a sua futura situação, tendo sido ele que quando soube o que se iria passar lhes deu conhecimento. O edifício já tinha sido devolvido à Câmara, que na mesma altura e porque tinham sido cortados, reactivou os serviços para o seu normal funcionamento (electricidade, água e telefone). O pessoal poderá organizar-se para trabalhar a nível individual e têm a promessa da Câmara que sempre que seja possível e necessário, esta recorrerá aos seus serviços. No edifício está a funcionar a sede da COMBANIMA e a Fundação para a Divulgação para as Tecnologias de Informação, podendo futuramente ter outras hipóteses de utilização. Quanto ao antigo quartel da GNR, estão lá alojados os GIPS, que se não tivessem condições não ficariam em Santa Comba Dão e a anulação do contrato de construção do Jardim de Infância era o resultado de nos futuros Centros

Educativos estar previsto o funcionamento do Pré-Escolar. Quanto ao mercado municipal /terminal rodoviário, respondeu da forma já expressa na acta da sessão de 23/02/2007 quando a mesma pergunta foi colocada pelo Sr. Deputado João Boto Martins. Em relação ao edifício onde irão funcionar os serviços técnicos, disse que o mesmo custou 125 mil euros a pagar num prazo de 20 anos e a sua remodelação custará cerca de 400 mil euros, verba comparticipada pelo Estado em 50%. Quanto aos feriados disse que teria que ser objectivo, sem ser desprestigiante para os funcionários da Câmara, que considerava os melhores funcionários do mundo, mas as tolerâncias de ponto permitiam alguma poupança à Câmara. Adiantou e até sendo politicamente incorrecto, que caso as contas da Câmara não estivessem regularizadas até Outubro, seria estudado como último recurso a redução ao mínimo dos serviços camarários. Referiu-se também à solução encontrada para os parques de estacionamento que estão a ser construídos junto à Câmara Municipal, sendo privativo o que se encontra nas suas traseiras e público o que fica junto aos Bombeiros. Será depois proibido o estacionamento do largo da Câmara.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz que manifestou o seu desagrado em relação ao processo de elaboração da Carta Educativa. Referiu que o estudo foi aprovado na Assembleia Municipal e que foi designado por projecto, não era mais do que um estudo sociológico onde foi conferida maior atenção ao ensino do primeiro ciclo e a uma possível reorganização, pensando na altura que se iria entrar para uma discussão alargada a todas as instituições e à população. Referiu anteriores intervenções onde alertava que não se estaria a cumprir com o estabelecido na Lei, enumerando algumas situações. Referiu ter concluído, aquando da colocação à consulta pública da tal Carta Educativa modelo, tratar-se de um documento com pouco rigor e com dados que não eram fiáveis. Enumerou depois o que considerou de erros básicos que o documento continha. Sugeriu que fossem consultadas outras Cartas Educativas disponíveis na Internet para que fosse compreendida a sua indignação. Focou depois a situação da escola EB 2,3, onde considerou que dois dos blocos se encontravam completamente obsoletos. Referiu a capacidade daquela escola que já teve 600 alunos e o número de alunos que tem actualmente e considerando a previsão de alunos do 1º ciclo questionou se não seria mais razoável se em vez da construção dos Centros Educativos (Norte e Santa Comba Dão) os alunos fossem encaminhados para a EB 2,3, depois das necessárias obras de reparação. Referiu-se depois ao financiamento e uma vez que este era por aluno e não por equipamento, se devia equacionar bem a situação de forma a que este financiamento fosse bem gerido e melhor aproveitado. Uma vez que estava previsto que só seriam financiados Centros Educativos com mais de 160

alunos e como os previstos para o concelho não atingiam aquele número, perguntou se iriam ser construídos sem financiamento. Quis saber se a Carta Educativa que tinha sido aprovada pela Direcção Regional era a mesma que tinha sido debatida na Assembleia ou se tinha sofrido alterações de que não tinha conhecimento. Referiu ainda que gostava que a sua intervenção não fosse entendida como uma critica destrutiva mas sim um contributo para uma reflexão mais ponderada e consciente das opções que poderão ser tomadas.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que a Sra. Deputada apesar de ter mostrado que tinha estudado o assunto, tinha indicado algumas incorrecções. Poderia dizer que o Governo tinha homologado a Carta Educativa e portanto nada mais havia para dizer. Apesar de uma possível ironia, considerava que a Carta Educativa era mesmo um modelo e não podia considerar alguns erros pontuais que tinham a ver com questões de pormenor para desvalorizar a Carta Educativa uma vez que a mesma era um instrumento de planeamento, onde eram definidas directrizes para quem tinha que decidir, ao contrário de projectos que tinham que ser cumpridos rigorosamente. Quanto à proposta para juntar os alunos todos em Santa Comba Dão, julgava que a intervenção anterior do Sr. Deputado António Antunes já continha a resposta, além disso havia questões mais importantes que a componente económica e era para essas que estavam a olhar, como por exemplo as sociais. Iriam ser construídos três Centros Educativos, apesar da oposição da Sra. Deputada, concerteza de outros deputados do Partido Socialista e Vereadores porque esse era o melhor serviço que se podia prestar à população do concelho. A Sra. Deputada sabia as limitações da escola EB 2,3 e também devia saber que aquela escola hoje só pode absorver mais 4 turmas, segundo informações da própria escola. Enumerou depois os inconvenientes e as falhas existentes na EB 2,3 e considerou que muito mal iria a Educação quando alguém ligado à área tinha aquele tipo de pensamento e modo de encarar a situação. Quanto ao problema do financiamento lembrou que estão a decorrer entre a ANMP e o Governo negociações sobre o assunto e que as Câmaras neste campo não eram obrigadas a aceitar a transferência de competências sem a devida participação. Terminou dizendo que a decisão era uma decisão politica e que já estava tomada sendo portanto irreversível.

Pedi novamente a palavra a Sra. Deputada Edite Cruz que, e uma vez desconhecer qual tinha sido a decisão tomada solicitava que a mesma fosse divulgada, se eram dois ou três Centros Educativos, se contemplava o 1º Ciclo ou também o Pré-Escolar, tudo devia ser transparente, uma vez que tudo aquando do debate tinha ficado em aberto.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que, iriam ser construídos três Centros Educativos (um a Norte, outro a Sul e outro em Santa Comba Dão) que iriam comportar o 1º Ciclo e o Pré-Escolar.

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto dois - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO=PLANOS DE INVESTIMENTO=DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS=PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara justificou e apresentou o pedido conforme constava do protocolo que foi distribuído a todos os Srs. Deputados. Não havendo intervenções passou-se para a votação do ponto que foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três - DEPARTEMENT DU LOT-ET-GARONNE- ARRONDISSEMENT DE NERAC- MAIRIE DE DAMAZAN/PROPOSTA DE GEMINAÇÃO=PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara apresentou e justificou o pedido, acrescentando que o processo já vinha do anterior executivo.

O Sr. Presidente da Assembleia, solicitou informação sobre o motivo e razões do pedido de geminação, tendo o Sr. Presidente da Câmara dito que a cidade francesa tinha uma comunidade portuguesa razoável, incluindo um Santacombadense que tinha promovido já os encontros efectuados e que era um município muito parecido com o de Santa Comba Dão quer a nível de população, quer a nível de actividade económica, julgando ser interessante a geminação, pois poderiam depois ser trocadas experiências proveitosas. Não havendo mais intervenções procedeu-se à votação sendo o ponto aprovado por maioria com vinte e oito votos a favor (15 da Coligação e 13 do Partido Socialista) e duas abstenções da Coligação (Srs. Deputados Paula Francisca Gomes e Fernando Varela Nunes).

De seguida passou-se para o ponto dois ponto quatro - CEMITÉRIO MUNICIPAL/ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO=APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto informando que o mesmo já tinha estado em discussão pública e tinha a ver com os gavetões. Não havendo intervenções o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco - TAXA PROVENIENTE DA COBRANÇA PELA RECOLHA E TRATAMENTO DE LIXO/ALTERAÇÃO=APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara fez também a apresentação do ponto dizendo que apesar de ser uma actualização, o concelho de Santa Comba Dão continuava a ser um dos que tinha o valor mais baixo das taxas. Não havendo intervenções procedeu-se à votação sendo o ponto aprovado por maioria com vinte e nove votos a favor (16 da Coligação e

13 do Partido Socialista) e uma abstenção da Coligação (Sr. Deputado Sandro Branquinho).

Passou-se de seguida para o ponto dois ponto seis - TAXAS DEVIDAS NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº267/2002/ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO=APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto. Não havendo intervenções o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto sete - SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO ECONÓMICO EM CURSO=APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara informou que esta revisão tinha a ver com alguns acertos e a introdução de verbas para um projecto novo, assim como as despesas inerentes com a Associação de Municípios Dão/Lafões. Não havendo intervenções o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade. Não participou na votação o Sr. Deputado Augusto de Oliveira Santos.

De seguida passou-se para o ponto dois ponto oito - AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO = NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO. O Sr. Presidente da Câmara informou que era obrigatório o Município possuir um auditor externo às suas contas, uma vez que possuía uma Empresa Municipal, apesar de já o fazer antes. Tinha sido feito um concurso e a proposta visava o concorrente que tinha apresentado melhores condições. Não havendo intervenções a registar o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade. Não participou na discussão e votação o Sr. Deputado Augusto de Oliveira Santos.

Seguiu-se para o ponto dois ponto nove - LOTEAMENTO A EFECTUAR PELA CÂMARA MUNICIPAL, NAS FONTAINHAS, NO SÍTIO DA TAPADA/PROPOSTA=APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este referiu que num terreno pertencente à Câmara Municipal em resultado de uma permuta com um privado, onde se encontra construído um reservatório de abastecimento de águas e onde passam duas condutas, se pretendia, por um lado rentabilizar o terreno e por outro lado proporcionar uma requalificação na zona que se entendia necessária. Como parte da área do terreno se encontra em zona agrícola o processo foi submetido à Comissão da Reserva Agrícola, que solicitou que o pedido fosse aprovado em sessão da Assembleia Municipal.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins, que começou por considerar este era o ponto da Agenda de Trabalhos mais polémico e que suscitava algumas reservas. Começou por lamentar que o processo enviado para consulta aos Srs. Deputados não contivesse elementos mais elucidativos para a análise, como por exemplo uma carta de localização

do terreno, sugerindo que em propostas futuras se juntassem elementos que eram importantes. Reafirmou que por uma questão de princípio era a favor dos PDM, que considerava um documento de organização, de gestão do território que devia ser respeitado. Considerou que o pedido ia contra o PDM e além disso alguma área dos terrenos faziam parte da RAN e de terrenos florestais, o que lhe motivava alguma reserva pois terrenos agrícolas e florestais que fossem gastos já não haveria mais. Havendo situações que não entendia perguntava: 1º As razões que levaram a Câmara a fazer a permuta, embora da leitura da acta da sessão camarária se pudessem tirar algumas conclusões mas não todas; 2º De quem foi a responsabilidade da construção do depósito; 3º Se o terreno onde o depósito foi implementado era da Câmara ou era privado; 4º Se foi ou foram, uma vez que eram dois, construídos em terreno privado, o porquê, pondo a mesma questão para as condutas; 5º Se tendo tudo isto sido construído em terreno privado e havendo ou não autorização do dono do terreno, porque se invadiu o terreno e não foram as condutas feitas pelo caminho público lá existente. Quis saber também quem construiu o depósito e as condutas, se foi a Câmara Municipal, se foram as Águas do Planalto.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, começou por esclarecer que os PDM são instrumentos dinâmicos e portanto são susceptíveis, mesmo no seu período de vigência de serem alterados. Lamentou a falta dos documentos no processo, que existiam e julgava que tinham sido distribuídos, embora não fosse sua atribuição verificar o envio da documentação, em situações futuras estaria atento. Referiu que a apetência agrícola e florestal dos terrenos era quase nula, pois o terreno era muito rochoso, situação reconhecida pelos técnicos da RAN, aliás ao lado existiam terrenos que já tinham sido desafectados para construção pela anterior Câmara e não tinha havido qualquer obstáculo. A construção do reservatório era da responsabilidade da Câmara Municipal e feito através da Associação de Municípios do Planalto Beirão (as Águas do Planalto não tinham nada a ver com o assunto) e resultou de um programa de construção de reservatórios e condutas elaborado pelas Águas do Planalto. O reservatório encontra-se construído, parte em terreno que era privado e parte em terreno na altura do Município e as condutas já foram construídas no terreno camarário, pois foram feitas depois da permuta, respeitando o projecto que tinha sido feito ainda o terreno era privado. Justificou a permuta feita, no sentido de se evitar mais um processo judicial. Quanto ao valor do terreno, lamentou a contestação e o que considerou de “jogadas” que se fizeram e comparou a situação do valor dos terrenos da antiga feira em que já se fizeram várias hastas públicas não aparecendo interessados na sua compra devido ao seu valor estar altamente inflacionado. Existiam apenas quatro lotes que foram vendidos a uma empresa a quem era

devida a importância de cerca de 900 mil euros por parte da anterior Câmara e que para poder receber algum valor se viu obrigada a ficar com os lotes para não perder tudo. O valor dos terrenos era atribuído pelas finanças mas os possíveis compradores consideravam-no demasiado alto e portanto as hastas públicas realizadas tinham estado desertas.

Pediu novamente a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins, que agradeceu o esclarecimento sobre o assunto, que não era do seu conhecimento visto ter estado ausente. Solicitou resposta para a pergunta que tinha feito sobre o porquê das condutas não terem sido construídas pela via pública.

O Sr. Presidente da Câmara, respondeu que os custos da construção das condutas pela via pública seriam muito elevados devido à constituição do terreno que era todo rochoso e provocar uma extensão maior. Reafirmou que o projecto da sua construção já estava feito antes do terreno ser camarário e que havia a intenção do anterior proprietário colocar um processo judicial à Câmara, pois o terreno ficaria extremamente desvalorizado com a passagem das condutas.

Pediu depois a palavra o Sr. Deputado César Branquinho, que focou a área que ficaria disponível, depois da desafecção para a constituição de nove lotes para construção e depois comparou a situação com a afirmação do Sr. Presidente da Câmara de criticar a massificação da construção em Santa Comba Dão, considerando tratar-se de uma contradição. Questionou depois sobre o valor dos terrenos que foram permutados. Considerou que a construção das condutas (apesar das dificuldades apresentadas) pela via pública seria mais positiva, pois seria assim uma fuga para o possível processo judicial.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que a construção das condutas para além de ter de se contornar o terreno pela via pública a situação originava o prolongamento da rede com uma série de nós e curvas que diminuía a pressão o que provocaria a colocação de motores de bombagem. Além disso e porque o reservatório estava situado no meio do terreno havia sempre que se atravessar parte dele. Pediu desculpa por ter sorrido na intervenção do Sr. Deputado, mas isso não significava qualquer falta de respeito mas sim porque a questão estava a ser posta da mesma forma como um Sr. Vereador o tinha feito em reunião de Câmara e assim tinha cometido o mesmo erro. Tinha realmente criticado a massificação da construção, mas tinha que se saber o que isso significava, pois construir um prédio com 5 andares não é a mesma coisa que construir uma moradia. Enquanto se estava perante um caso em que o coeficiente de construção era de 0,20, nos terrenos da feira tinha-se um coeficiente de 1 agravado ainda com a construção em

vários andares. Esta situação não era massificação ao contrário do que tinha acontecido em outros pontos da cidade. Quanto ao valor dos terrenos e como não houve dinheiro em troca, obviamente que os valores eram equivalentes. Não se podia ter por base os valores atribuídos pelas finanças pois eram valores que não correspondiam à realidade. Referiu-se depois à acusação que lhe era feita por ter prejudicado o erário municipal com esta permuta e quando se pretendia fazer qualquer coisa para valorizar o terreno, tentava-se obstruir a questão, achando essa posição de irresponsável.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Pires, que lembrou a posição de um Sr. Deputado do PSD no mandato anterior, que em sessão da Assembleia Municipal achou o preço atribuído ao loteamento da feira exagerado. Disse ter também feito um estudo sobre o mesmo valor atribuído por metro quadrado e que a informação agora dada de que apenas tinham sido vendidos 4 lotes lhe vinha dar razão.

Foi dada a seguir a palavra ao Sr. Deputado João Boto Martins, que sobre a afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que a bancada do Partido Socialista o tinha acusado de prejudicar o erário municipal, referiu que apenas fez as suas intervenções para ser esclarecido, no sentido de fundamentar a sua posição, não fazendo acusação nenhuma. Considerou que o assunto do loteamento da feira não tinha nada a ver com o loteamento em debate.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação deste ponto, sendo o loteamento aprovado por maioria, com dezanove votos a favor (15 da Coligação e 4 do Partido Socialista) cinco abstenções (3 do Partido Socialista – Srs. Deputados João Boto Martins, Nuno João Pereira e José Duarte da Cruz e 2 da Coligação – Srs. Deputados Fernando Varela Nunes e António João Martins) e seis votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho, José Augusto Sousa, Edite Cruz, Paulo Dirceu Santos, Isabel Ferreira Cruz e Carla Isabel Cunha).

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão, que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não se registando qualquer pedido para intervenção e não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.